

## **A opção pelos cargos políticos**

***Daniel Daudt Schaefer \****

A comunidade de São Leopoldo teve, nesta semana, uma visão muito nítida das causas da carência de vagas para seus filhos na educação infantil, da falta de médicos nos postos de saúde, das nossas gestantes forçadas a dar à luz fora da cidade, ruas esperando pelo calçamento prometido e o OP indo para a geladeira. Ao publicar a relação dos 372 CCs (Cargos em Comissão) que serão extintos por decisão do Tribunal de Justiça do Estado, o Jornal VS nos trouxe o verdadeiro DNA das conseqüências sobre as finanças da Prefeitura por conta da enxurrada de cargos de indicação política que o Governo do PT protagonizou já em 2005.

Na época, mesmo diante de ironias vindas da base de sustentação política do atual governo, o PMDB vem denunciando junto ao Ministério Público os enormes prejuízos da criação desta megaestrutura de CCs. Na pressa de criar cargos com a única finalidade de acomodar a companheirada, o prefeito Ary Vanazzi simplesmente afrontou todas as normas constitucionais. Estes cargos que agora a Justiça manda extinguir foram criados sem atribuições, sem critério e sem responsabilidade.

A primeira ação, que apresentamos ao lado dos ex-vereadores Germano Weinmann e Inês Becker, já culminou numa decisão condenatória da Justiça em 2007. Mas como este contingente de indicações políticas seria o exército de cabos eleitorais no ano seguinte, foram recriados estes cargos em meio ao feriadão de Fimados daquele ano. Por isso que, agora, o TJ menciona que “a Prefeitura de São Leopoldo zomba do Judiciário”.

É importante observar que Vanazzi elegeu-se em 2004 com o compromisso de reduzir o número de CCs em 30%. Como recebeu a Prefeitura com 395 cargos, deveria limitar-se a um número máximo de 300. Mas fez exatamente o contrário. A Lei 6.955, objeto da Adin no TJ, criou 600 cargos apenas na chamada Administração Direta. Ao todo, incluindo SEMAE, IAPS e Hospital Centenário, o governo do PT controla mais de 850 cargos de indicação política em São Leopoldo. Este inchaço de CCs representa um gasto extra ao redor de R\$ 14 milhões por ano, por conta de salários, aluguéis, terceirização de transporte e diárias. A cidade de Porto Alegre, com uma população dez vezes maior, tem exatos 762 CCs.

Agora vem o prefeito ameaçar com o fechamento de alguns serviços públicos. Isso é chantagem! No ano passado, não houve uma única assembleia do OP, mas todos os cargos políticos estavam lá, sem fazer nada! Senhor Prefeito, aposte no quadro técnico e nos funcionários de carreira que a Prefeitura dispõe em cada secretaria e os serviços continuarão atendendo, bem ou mal, a nossa comunidade. E cumpra, finalmente, seu compromisso de 2004!

\*Daniel Daudt Schaefer é vereador, líder da Bancada do PMDB-SL e diretor da FUG/RS